



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**

# **Relatório de Gestão**

**2010-2011**

**Desembargador Newton Trisotto**

Florianópolis - Santa Catarina

da instalação das seções especiais de voto para presos provisórios;

- implantação do novo Sistema de Benefícios da Lei n. 9.099/95 e de Antecedentes Criminais nas zonas eleitorais;
- desenvolvimento de ferramentas que possibilitem o fluxo da análise das correições e inspeções entre as seções da Corregedoria e as zonas eleitorais;
- revisão do Manual de Prática Cartorária visando a inclusão de capítulo específico sobre as ações eleitorais;
- estudos para ampliação do cadastramento biométrico no Estado;
- realização de revisões do eleitorado já aprovadas pelo Tribunal Regional;
- planejamento dos trabalhos para as eleições municipais do ano de 2012;
- ampliação do sistema INTEGRA, com a implantação da comunicação eletrônica de óbitos e parcerias com a Justiça Federal e Órgãos Militares.

## ATUALIZAÇÃO DE DADOS NA BASE

No ano de 2010 foram realizadas, aproximadamente, 4.100 (quatro mil e cem) inserções e 750 (setecentos e cinquenta) inativações na Base.

Iniciou-se a digitalização de 60.000 (sessenta mil) documentos físicos arquivados na Coordenadoria, por meio da contratação de empresa especializada, possibilitando o arquivamento eletrônico e o gerenciamento dos registros efetuados na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

## ELEIÇÕES 2010

Além das ações anteriormente indicadas, a Coordenadoria executou as seguintes atividades relacionadas ao pleito realizado neste ano:

- planejamento e orientação das atividades relacionadas ao fechamento do cadastro eleitoral;
- orientação aos eleitores e mesários (indicados, convocados e voluntários) por correio eletrônico, telefone e elaboração de material informativo;
- necessidades especiais: elaboração de formulário eletrônico, orientação ao público e elaboração de material de divulgação específico e orientação às zonas eleitorais;
- presos provisórios: planejamento, orientação, elaboração de orientações, confecção de modelos de documentos e formulários. Acompanhamento e supervisão das atividades e elaboração de relatórios;
- fornecimento de certidões circunstanciadas relacionadas ao cadastro eleitoral e à filiação partidária, para instrução de processos de registro de candidaturas e elaboração de material de orientação aos partidos políticos e candidatos, especialmente em relação à regularidade da filiação partidária e à quitação eleitoral.
- revisão, atualização de conteúdo e reformulação dos portais “Serviços ao Eleitor” e “Tire suas Dúvidas”, disponibilizados no sítio do TRESC na internet.

## 3. PROJETOS PARA O ANO DE 2011.

Para o exercício 2011 estão previstos os seguintes projetos:

- parcerias com a Secretaria de Segurança Pública do Estado para ampliar o alcance

## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### Composição

#### Presidente

Des. Newton Trisotto

#### Vice-Presidente

#### Corregedor Regional Eleitoral

Des. Sérgio Torres Paladino

#### Juízes Efetivos

Juiz Rafael de Assis Horn  
Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto  
Juíza Cláudia Lambert de Faria  
Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann  
Juiz Júlio Guilherme Berezoski Schattschneider

#### Juízes Substitutos

Des. Irineu João da Silva  
Des. Luiz César Medeiros  
Juiz Francisco J. Rodrigues de Oliveira Neto  
Juíza Vânia Petermann Ramos de Mello  
Juiz Carlos Vicente da Rosa Góes  
Juíza Bárbara Lebarbenchon Moura Thomaselli  
Juiz Ivorí Luis da Silva Scheffer

#### Procurador Regional Eleitoral

Dr. Cláudio Dutra Fontella

#### Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. André Stefani Bertuol

postadas pelo público externo no serviço webmaster da página deste Tribunal.

## PRINCIPAIS PROJETOS IMPLANTADOS E EM ANDAMENTO

No que concerne aos projetos relacionados ao Cadastro Eleitoral, registra-se, em especial:

- a continuidade das medidas para a implantação do Programa de Qualidade das Bases de Dados – Cadastro Eleitoral, Sistema de Filiação Partidária e Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos –, com o escopo de implementar mecanismos sistemáticos e periódicos de controle e aperfeiçoamento das operações de inserção, alteração e retificação de dados, visando à correção, à integralidade e à atualidade dos dados de eleitores e filiados.
- a informatização do fluxo de trabalho na Coordenadoria e nos cartórios eleitorais;
- a implantação do sistema INTEGRA, que viabilizará a adoção de medidas de racionalização dos fluxos de trabalhos nos cartórios eleitorais e possibilitará a fiscalização do cumprimento da legislação eleitoral pertinente;
- a ampliação do acesso a bancos de dados da Secretaria Nacional de Segurança e da Corregedoria Geral de Justiça de Santa Catarina – CGJSC;
- a implantação do sistema SIEL, para o fornecimento de dados do cadastro eleitoral a autoridades judiciárias e ao Ministério Público;
- a continuidade dos estudos sobre os efeitos da revisão do eleitorado na depuração do Cadastro Eleitoral, com a finalidade de propor medidas para o aprimoramento das rotinas adotadas nas revisões e nos procedimentos correccionais que apuram indícios de fraude e irregularidades na prestação do serviço eleitoral.

## CURSOS E TREINAMENTOS

No ano em referência, foram elaborados e ministrados cursos específicos sobre o atendimento aos eleitores e sobre o processamento do cadastro eleitoral, dirigidos a todos os servidores das zonas eleitorais.

## FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Destaca-se a consolidação do novo sistema desenvolvido pelo TSE - Filiaweb – atividade que demandou intensa orientação aos partidos políticos, aliada aos trabalhos de orientação e fiscalização dos procedimentos relacionados aos registros de filiação partidária pela Justiça Eleitoral.

Atualmente tramitam nesta Corregedoria 50 (cinquenta) processos e procedimentos, sendo que 26 (vinte e seis) deles são relativos a procedimentos de retificação de complemento ASE, os quais se encontram na Corregedoria Geral Eleitoral – CGE.

## **2. COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL**

### **ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO DE ELEITORES**

No âmbito da Coordenadoria foram transmitidas instruções aos servidores dos cartórios sobre os procedimentos relativos ao Cadastro Eleitoral e aos registros de Filiação Partidária, bem como realizadas auditorias com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das normas vigentes.

A supervisão e a fiscalização das atividades das zonas eleitorais foram efetuados por meio dos sistemas informatizados BREVE, Egroupware, SADP, SIEL, ELO, ELO 6 e, mais recentemente, também pelo sistema INTEGRA, que deverá incorporar, em breve, funcionalidades de outros sistemas atualmente utilizados.

Aprimorou-se, ainda, o controle de prazos para o processamento de lotes RAE, de forma a garantir a qualidade e a regularidade dos serviços prestados ao público em geral (Resolução TRESC n. 7.760/2009).

### **RETIFICAÇÃO DE DADOS NO CADASTRO**

No corrente ano foram retificados 251 (duzentos e cinquenta e um) registros (código ASE 302).

Relativamente às retificações de data de ocorrência ou de motivo-forma, e de exclusão de código ASE, encaminhou-se aproximadamente 150 expedientes à Corregedoria-Geral.

### **COMUNICAÇÕES E ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS**

A Coordenadoria enviou 51 (cinquenta e uma) Mensagens-Circulares às zonas eleitorais com orientações específicas sobre temas relacionados ao Cadastro Eleitoral e o sistema de Filiação Partidária.

Também foram elaboradas e enviadas 2.300 (duas mil e trezentas) mensagens de e-mails com orientações às consultas formuladas à CRECAD, sendo, aproximadamente 1.600 (mil e seicentas) mensagens remetidas em resposta às dúvidas

#### **Presidência**

##### **Assessoras Jurídicas**

Ana Eloise de Carvalho Flôres  
Cláudia Menezes Moure

##### **Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial**

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli

##### **Coordenadora de Controle Interno**

Denise Goulart Schlickmann

## DADOS ESTATÍSTICOS DA COORDENADORIA

Orientações expedidas por e-mail:

506 (quinhentas e seis), referentes à prática cartorária em geral;

152 (cento e cinquenta e dois), referentes à propaganda eleitoral;

64 (sessenta e quatro), referentes ao horário eleitoral gratuito.

TOTAL: 722 (setecentas e vinte e duas)

Dúvidas respondidas por telefone:

683 (seiscentos e oitenta e três), referentes à prática cartorária em geral;

133 (cento e trinta e três), referentes à propaganda eleitoral.

TOTAL: mais de 800 (oitocentas)

## ATIVIDADE PROCESSUAL

Relativamente à atividade processual, que se restringe aos processos judiciais e administrativos de competência deste Órgão, registrou-se os dados que seguem:

| ESPÉCIE                         | AUTUADOS | JULGADOS |
|---------------------------------|----------|----------|
| Correição                       | 28       | 17       |
| Diversos - Administrativos      | 12       | 5        |
| Duplicidade                     | 13       | 13       |
| Investigação Judicial Eleitoral | 5        | 2        |
| Reclamações                     | 2        | 2        |
| Retificação de Complemento ASE  | 28       | 2        |
| Revisão de Eleitorado           | 1        | 0        |
| Outros - Judiciais              | 2        | 0        |
| TOTAIS                          | 91       | 41       |

## ELEIÇÕES 2010

### PROPAGANDA ELEITORAL - MANUAIS E ORIENTAÇÕES

Foi elaborado e produzido o Manual de Propaganda Eleitoral, com 600 exemplares distribuídos aos servidores, juízes, promotores das Zonas Eleitorais, central de atendimento 148, imprensa e público externo.

Foi revisto o Manual sobre Crimes Eleitorais e Propaganda nos Dias que Antecedem a Eleição e no Dia do Pleito, específico para atuação dos cartórios eleitorais nas eleições 2010.

Ainda, essa Coordenadoria, colaborou com a Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, na realização de vídeo institucional, destinado a auxiliar a Polícia Militar nas ações de segurança durante as eleições.

### ORIENTAÇÕES QUANTO AO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

A matéria restou regulamentada por meio dos Provimentos n. 1 e 3, que buscou estabelecer procedimento padrão para atuação dos cartórios eleitorais.

Elaborou-se treinamento a distância, com foco no repasse das principais alterações legislativas em matéria de propaganda eleitoral, atuando os servidores como tutores de conteúdo.

Em relação ao exercício do poder de polícia, foram respondidos 152 (cento e cinquenta e dois) e-mails, sendo atendidos 133 (cento e trinta e três) telefonemas.

### ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE MÍDIA

Para a organização das transmissões do horário eleitoral gratuito foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Cadastramento de Emissoras de Rádio e TV e de Partidos e Coligações:
2. Levantamento dos requisitos técnicos para a transmissão da propaganda eleitoral gratuita:
3. Realização de reunião para elaboração e aprovação do plano de mídia:
4. Avaliação dos Trabalhos Relacionados ao Horário Eleitoral Gratuito.

#### **Diretor-Geral**

Samir Claudino Beber

#### **Assessora de Recursos Humanos da Direção-Geral**

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

#### **Assessora de Licitações e Contratos da Direção-Geral**

Dilene Soares Tavares dos Anjos

#### **Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão**

Augusto César Campos

#### **Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke

#### **Secretária Judiciária**

Clycie Damo Bertoli

#### **Coordenadora de Registro e Informações Processuais**

Rosana Spiller Fernandes

#### **Coordenador de Sessões**

Daniel Schaeffer Sell

#### **Coordenadora de Gestão da Informação**

Ilênia Schaeffer Sell

#### **Secretário de Administração e Orçamento**

Eduardo Cardoso

#### **Coordenador de Material e Patrimônio**

Rafael Alexandre Machado

#### **Coordenador de Apoio Administrativo**

Vilson Raimundo Rezzadori

#### **Coordenador de Orçamento e Finanças**

Salésio Bauer

#### **Secretário de Gestão de Pessoas**

Edmundo Cesar Nunes

#### **Coordenadora de Pessoal**

Iraê Regina Vieira

#### **Coordenador de Educação e Desenvolvimento**

Luciano Rodrigues de Oliveira

#### **Coordenadora de Pagamento**

Suzete Miria Virgílio Ziert

#### **Secretário de Tecnologia da Informação**

Renato de Ávila Pacheco

#### **Coordenador de Eleições**

Paulo Dionísio Fernandes

#### **Coordenador de Soluções Corporativas**

Samuel Fernandes Ribeiro

#### **Coordenador de Suporte e Infraestrutura Tecnológica**

Eron Domingues

- acompanhamento e expedição de ofícios aos juízos eleitorais solicitado informações acerca da previsão para julgamento dos processos referenciados na Meta 2 até final de 2010.

## SISTEMA DE REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E BENEFÍCIOS DA LEI N. 9.099/1995

Em 2010 foram inseridas:

- 166 (cento e sessenta e seis) novas ocorrências da Lei n. 9.099/95,
- 12 (doze) novos registros de antecedentes criminais,
- Foram emitidas 8.323 (oito mil trezentas e vinte e três) certidões pelo sistema.
- Para adequação dos formulários a serem inseridos em referida base de dados foram encaminhados 136 (cento e trinta e seis) e-mails às zonas eleitorais.

## ORIENTAÇÕES DE PRÁTICA CARTORÁRIA

- 506 (quinhentas e seis) orientações por e-mail
- 800 (oitocentas) orientações por telefone.

## INSPEÇÕES E CORREIÇÕES

Correições in loco:

- 26 (vinte e seis) Zonas Eleitorais: 2ª, 8ª, 11ª, 12ª, 13ª, 20ª, 22ª, 24ª, 25ª, 29ª, 30ª, 31ª, 33ª, 40ª, 44ª, 53ª, 62ª, 69ª, 71ª, 74ª, 82ª, 83ª, 84ª, 99ª, 100ª, 101ª.

Correições extraordinárias

- 52ª ZE – Anita Garibaldi: visando instruir os autos de Requerimento de Revisão do Eleitorado n. 452, relativo ao município de Celso Ramos;
- 67ª ZE – Santo Amaro da Imperatriz: visando instruir os autos de Requerimento de Revisão do Eleitorado n. 455, relativo ao município de Águas Mornas.

Além disso, os cartórios que não puderem ser inspecionados in loco, realizaram suas próprias correições e encaminharam os relatórios para a análise pela Seção.



- Comércio no dia da eleição

## 1. COORDENADORIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E CORRECIONAIS

A Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais está dividida na Seção de Procedimentos Judiciários e Seção de Inspeção e Correição.

### PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS IMPLEMENTADOS EM 2010

#### ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS INSTAURADOS NAS ZONAS ELEITORAIS

A Seção de Procedimentos Judiciários acompanhou mensalmente as ações instauradas na Justiça Eleitoral de 1º Grau, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, registrando-se os seguintes números:

- 325 (trezentas e vinte e cinco) orientações para adequação do trâmite.
- 153 (cento e cinquenta e três) ofícios solicitando providências quanto à paralisação de feitos eleitorais.
- 16 (dezesesseis) ofícios especificamente em relação às ações eleitorais, referentes ao último pleito municipal.

#### METAS NACIONAIS DE NIVELAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Seção de Procedimentos Judiciários também foi a responsável pelo fornecimento dos dados solicitados pelo CNJ no corrente ano, relativamente aos processos em trâmite nas zonas eleitorais, cabendo-lhe:

- acompanhamento dos lançamentos registrados no SADP;
- publicação na internet os dados relativos à produtividade dos magistrados, os quais também são extraídos do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>1 Presidência</b> .....   | <b>13</b> |
| <b>1.1 Decisões da Presidência</b> .....   | <b>13</b> |
| <b>1.2 Membros do Tribunal</b> .....   | <b>17</b> |
| <b>1.3 Portarias Normativas da Presidência</b> .....   | <b>18</b> |
| <b>1.4 Resoluções Normativas</b> .....   | <b>20</b> |
| <b>1.5 Destaques das Unidades Orgânicas de Assistência Direta e Imediata à Presidência</b> ..... | <b>22</b> |
| <b>1.6 Novas Eleições Determinadas pelo Tribunal Regional Eleitoral</b> .....                    | <b>29</b> |
| <b>1.7 Destaques na Área Judiciária</b> .....  | <b>29</b> |
| <b>1.8 Destaques na Área de Administração e Orçamento</b> .....                                  | <b>31</b> |
| <b>1.9 Destaques na Área de Gestão de Pessoas</b> .....  | <b>33</b> |
| <b>1.10 Destaques na Área de Tecnologia da Informação</b> .....                                  | <b>34</b> |
| <b>1.11 Eleições 2010</b> .....  | <b>37</b> |
| <b>1.12 Registros, em ata, de outros Atos e Ocorrências</b> .....                                | <b>38</b> |
| <b>1.13 Participação em Eventos Oficiais</b> .....   | <b>43</b> |
| <b>1.14 Agradecimentos</b> .....   | <b>44</b> |

### Relatório de Atividades da Corregedoria

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Exercício 2010</b> .....  | <b>45</b> |
| <b>1. Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais</b> .....        | <b>48</b> |
| <b>2. Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral</b> ..... | <b>52</b> |
| <b>3. Projetos para o ano de 2011.</b> .....                                   | <b>54</b> |

Comissão Apuradora das Eleições 2010, em substituição à Juíza Eliana Paggiarin Marinho.

- Resolução n. 7.814 – regulamenta o curso dos prazos e os plantões nas Centrais de Atendimento ao Eleitor durante o recesso de final de ano.
- Resolução n. 7.777 – Designa os Juizes responsáveis pelo exercício do poder de polícia e demais atos relativos à propaganda nas Eleições de 2010.
- Provimento n. 1 - Dispõe sobre o exercício do poder de polícia nas eleições 2010.
- Provimento n. 2 - Dispõe sobre o fornecimento de dados constantes do cadastro eleitoral às autoridades judiciais e ao Ministério Público, por meio do Sistema de Informações Eleitorais – SIEL.
- Provimento n. 3 - Dispõe sobre as rotinas para exercício do poder de polícia no período que antecede ao dia da eleição.
- Provimento n. 4 - Dispõe sobre a produção, publicação e arquivamento de documentos por meio eletrônico, no âmbito da Corregedoria Regional Eleitoral, e da utilização de meios eletrônicos para comunicações e orientações aos cartórios eleitorais.
- Provimento n. 5 - Dispõe sobre a utilização de meio eletrônico para comunicação de dados relativos à suspensão e restabelecimento de direitos políticos e inelegibilidades.
- Provimento n. 6 – Dispõe sobre as cores de capas de processos e procedimentos, no âmbito das zonas eleitorais.
- Portaria n. 1/2010 - Delegação de Competência para atos a serem praticados nas Investigações Judiciais Eleitorais.
- Portaria n. 2/2010 - Orientações sobre autuações dos processos de competência da Corregedoria Regional Eleitoral.
- Portaria n. 3, 4 e 5 /2010 - Designação de servidores para os plantões dos meses de julho agosto e setembro.

## ESTUDOS REALIZADOS

- Orientações para a Central de Atendimento ao Público “148”
- Instruções sobre credenciamento de fiscais

No exercício 2010 atuaram neste Órgão o Desembargador Newton Trisotto e a partir de 25 de março de 2010, o atual Titular Desembargador Sérgio Torres Paladino.

Neste exercício, o ponto marcante foi a execução das atividades voltadas para as Eleições de 2010, além das rotinas ordinárias, das quais apresenta-se somente as matérias com maior destaque.

## REVISÃO DO MANUAL DE PRÁTICA CARTORÁRIA

Promoveu-se a revisão do Manual de Prática Cartorária, com atualização dos tópicos relativos ao trâmite processual, execuções fiscais, LC n. 135/2010, entre outros.

## ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE MANIFESTAÇÕES, INFORMAÇÕES E DESPACHOS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E ORIENTAÇÕES ÀS ZONAS ELEITORAIS, INCLUINDO MENSAGENS ELETRÔNICAS E BREVES

|  |     |
|--|-----|
| Postos de Atendimento                                    | 55  |
| Revisão de Eleitorado                                    | 5   |
| Ação de Investigação Judicial Eleitoral                  | 5   |
| Solicitação de Atendimento por unidade volante           | 27  |
| Irregularidade nos serviços cartorários                  | 9   |
| Descarte de documentos                                   | 1   |
| Divisas intermunicipais                                  | 1   |
| Reclamação sobre o horário eleitoral gratuito            | 4   |
| Recebimento/Análise de Portarias encaminhadas pelo BREVE | 404 |
| Mensagens Eletrônicas (até 1º de dezembro)               | 180 |
| Total  | 487 |

## PROVIMENTOS E RESOLUÇÕES Minutados

- Resolução n. 7.810 - regulamenta a instalação da 105ª Zona Eleitoral e a recomposição da 19ª, 76ª, 95ª e 96ª Zonas Eleitorais, nos Municípios de Joinville, Garuva e Itapoá.
- Resolução n. 7.813 - nomeia o Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto como membro da

## APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhor Procurador Regional Eleitoral:

Apresento, em obediência ao contido no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TREC n. 7.357, de 17.12.2003) – disponibilizando eletronicamente aos eminentes pares – o relatório dos trabalhos realizados durante esta gestão, de 25 de março de 2010 até 18 de fevereiro de 2011 .

A referida síntese encontra-se melhor detalhada no relatório elaborado pela Direção-Geral (disponível na página deste Tribunal: [http://intranet.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios\\_de\\_gestao/relatorios\\_atividades/relatorio\\_atividades\\_dg\\_2010.pdf](http://intranet.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios_de_gestao/relatorios_atividades/relatorio_atividades_dg_2010.pdf)), que é composto pela exposição circunstanciada das atividades desenvolvidas pelas unidades de assistência direta e imediata da Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração e Orçamento, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

As atividades jurisdicionais desta Corte tiveram aumento significativo, pois, afora os processos judiciais relativos às “Eleições 2010”, deu-se continuidade ao julgamento de pedidos de cassação concernentes às eleições de 2008, além de atender-se às determinações constantes das metas do Conselho Nacional de Justiça, mais especificamente à Meta 2 (identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005), como demonstram os dados estatísticos que integram o relatório da Direção-Geral.

As atividades administrativas também se voltaram predominantemente para a organização das eleições gerais, que se realizaram no dia 3 de outubro, em primeiro turno, e no dia 31 do mesmo mês, em segundo turno para o Governo do Estado.

O processo eleitoral em Santa Catarina transcorreu dentro da normalidade, desde a votação até os trabalhos de apuração, totalização e transmissão dos resultados das Zonas Eleitorais para este Tribunal e para o Tribunal Superior Eleitoral, os quais foram concluídos com rapidez, eficiência e segurança, assegurando-se a consistência dos dados.

Além das eleições ordinárias, foram elaborados os calendários eleitorais, organizados e realizados outros dois pleitos – que ocorreram em 06 de junho de 2010 –, devido à cassação dos mandatos de prefeito e vice-prefeito dos Municípios de Celso Ramos e Maracajá. Procedeu-se, ainda, à elaboração da regulamentação e do calendário eleitoral para a realização de novas eleições em José Boiteux, já em andamento, que ocorrerá em 3 de abril do corrente ano.

Florianópolis, março de 2011.

Desembargador Newton Trisotto  
Presidente

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CORREGEDORIA**

EXERCÍCIO 2010

- em 25 de outubro de 2010, à audiência pública com vista à elaboração da nova legislação eleitoral do Brasil, realizada no auditório da Justiça Federal de Santa Catarina, nesta Capital;
- em 05 de novembro de 2010, ao III Workshop Metas Prioritárias – Justiça Eleitoral, na cidade de Brasília/DF;
- no período de 25 a 27 de novembro de 2010, ao 51º Encontro do Colégio de Presidentes, ocorrido em Campo Grande/MS.
- no período de 17 a 19 de fevereiro de 2011, ao 52º Encontro do Colégio de Presidentes, em Recife/PE.

## 1.14 AGRADECIMENTOS

Consigno os meus agradecimentos: aos juízes efetivos e substitutos deste Tribunal; aos juízes eleitorais de todo o Estado, e à Procuradoria Regional Eleitoral, extensivos aos promotores eleitorais; aos servidores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina – de reconhecida competência, operosidade e espírito público –, tanto os da Secretaria do Tribunal, quanto os das zonas eleitorais; aos mesários, que constituem um verdadeiro exército em prol da democracia; à mídia – escrita, falada e televisionada – pelo excelente trabalho de informar e esclarecer o eleitor; aos dirigentes partidários e aos advogados que atuam nesta Casa, pelo respeito demonstrado à Justiça Eleitoral.

## 1 PRESIDÊNCIA

### 1.1 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

#### 1.1.1 JUDICIAIS:

Foram subscritas por esta Presidência decisões em processos judiciais oriundos da Secretaria Judiciária, tais como:

- multas eleitorais (intimação para recolhimento, pedidos de parcelamento, inscrição em dívida ativa e pedidos de reconsideração): 44;
- juízo de admissibilidade em recursos especiais: 77;
- embargos de declaração: 01;
- despachos em recursos ordinários: 08;
- processos judiciais oriundos da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (prestação de contas, consultas, registros partidários, entre outros): 56;
- novas eleições: 05;
- fundo partidário: 28;
- agravos de instrumento: 50;

- informações em mandados de segurança: 05;
- medidas cautelares e liminares: 02;
- inquérito policial (decretação de sigilo, prorrogação de prazo, arquivamento, entre outros): 08.

### 1.1.2 ADMINISTRATIVAS:

Além dos despachos em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões sobre os mais diversos temas, conforme síntese abaixo, em processos administrativos oriundos da Assessoria da Presidência, da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Tecnologia da Informação.

#### 1.1.2.1 ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA (ASSPRES):

- pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o requerimento de filmagem de uma urna eletrônica;
- desaparecimento de processo de prestação de contas anual da 99ª Zona Eleitoral/Tubarão;
- rito do procedimento a ser adotado quando verificada a ausência da prestação de contas anual pelos partidos políticos.

#### 1.1.2.2 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO (SAO):

- requerimento apresentado pelo Juízo da 98ª Zona Eleitoral para que os atos de comunicação processual daquela Zona Eleitoral fossem cumpridos por Oficial de Justiça designado em Portaria específica;
- solicitações de diárias;
- desaparecimento de um notebook e de um microfone de mesa na Sede e de uma câmera fotográfica digital do depósito de urnas eletrônicas – CONAB;
- análise da aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento do SICAF às empresas licitantes nos Procedimentos Administrativos CMP/SAO n. 286/2009, n. 76/2010, n. 79/2010, n. 221/2010, n. 49.357/2010, n. 360/2010 e n. 417/2010;
- pedidos de reconsideração das decisões que aplicaram penalidades às empresas licitantes nos Procedimentos Administrativos CMP/SAO n. 221/2010 e n. 360/2010;
- projeto TRE Notícias;

Em 25 de outubro de 2010, o Tribunal regulamentou a instalação da 105ª Zona Eleitoral e a recomposição da 19ª, 76ª, 95ª e 96ª Zonas Eleitorais, nos Municípios de Joinville, Garuva e Itapoá.

Em 1º de novembro de 2010, a Corte decidiu antecipar para o dia 2 de dezembro, às 19 horas, a instalação da 105ª Zona Eleitoral – Joinville e foi republicada a Resolução TREC n. 7.810/2010.

Em 8 de novembro de 2010, a Juíza Eliana Paggiarin Marinho, Ouvidora do Tribunal, deu ciência à Corte da edição da Ordem de Serviço n. 001/2010, que disciplina o funcionamento da Ouvidoria da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Em 25 de janeiro de 2011, foi concedida a palavra ao Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto, que propôs à Corte a edição de uma resolução que regulamente as intimações nas prestações de contas dos candidatos não eleitos nas Eleições 2010 pelo Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC). Acolhida a proposta, foi determinada a elaboração de minuta da resolução e a ampla divulgação do seu teor no site do Tribunal.

### 1.13 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

Compareci:

- em 28 de maio de 2010, à reunião de Presidentes e Diretores-Gerais, realizada no Tribunal Superior Eleitoral;
- em 08 de junho de 2010, à abertura do Seminário interno do Grupo RBS sobre a cobertura das eleições, nesta capital;
- no período de 10 a 11 de junho de 2010, ao 50º Encontro do Colégio de Presidentes, realizado na cidade de São Paulo/SP;
- em 16 de junho de 2010, à visita técnica dos alunos da Academia Judicial, neste Tribunal;
- em 21 de junho de 2010, à abertura do “Encontro de Chefes de Cartório da Justiça Eleitoral”, realizada no auditório da Justiça Federal de Santa Catarina, nesta Capital;
- em 09 de julho de 2010, ao seminário “Ministério Público nas Eleições 2010”, realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, nesta capital;
- no período de 09 a 11 de setembro de 2010, ao Encontro Nacional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Belém/PA;

DG n. 27, datada de 26 de julho de 2010, que propõe a revisão da estrutura orgânica da Secretaria deste Tribunal; (b) o Ofício n. 844/2010-GP do Presidente da Ordem dos Advogados Brasil – Seccional em Santa Catarina, Paulo Roberto de Borba, que sugere a observância, neste Tribunal, da paridade na composição do colegiado, em especial na indicação dos Juízes Auxiliares.

Em 9 de agosto de 2010, o Tribunal decidiu, à unanimidade – e em resposta à consulta formulada pelo Corregedor, Juiz Sérgio Torres Paladino –, (1) que a obrigatoriedade de constituição de advogado nos autos de prestação de contas anual de partido político – decorrente do caráter jurisdicional atribuído a esses processos pela Lei n. 12.034/2009 –, somente poderá ser exigida nos processos ajuizados após a deliberação plenária de 22 de julho de 2010, devendo ocorrer a constituição no momento da apresentação das contas pela agremiação partidária; (2) ser da competência da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina responder às consultas de natureza procedimental formuladas pelos Cartórios Eleitorais, cabendo ao Pleno responder às demais questões envolvendo a matéria; (3) restarem prejudicadas as demais dúvidas apresentadas.

Em 30 de agosto de 2010, submeti à Corte o Ofício CRESC n. 2228, que trata da aplicação do artigo 91-A da Lei n. 9.504/1997. O Senhor Corregedor, em face da proximidade do pleito, e antevendo a possibilidade de os eleitores não portarem seus títulos eleitorais no dia da eleição, propôs que, caso a matéria não seja regulamentada pelo TSE, nas situações de perda ou furto de títulos eleitorais após o dia 23 de setembro – último dia para requerer a segunda via –, seja fornecida, até o dia da eleição, ao eleitor que se dirigir ao cartório eleitoral, certidão em substituição ao respectivo título para uso na eleição. Ante o meu pedido de vista, a apreciação da matéria ficou suspensa.

Em 13 de outubro de 2010, o Pleno decidiu rever a decisão que suspendeu a movimentação de juízes durante o período eleitoral, para retirar a vedação anteriormente imposta, liberando-se, a partir desta data, a movimentação (promoções e remoções) e a concessão de férias e de licença-prêmio aos Juízes Eleitorais, determinando-se ainda seja oficiada à Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina sobre o teor dessa decisão.

Em 18 de outubro de 2010, o Tribunal (a) determinou fosse oficiado o Juízo da 14ª Zona Eleitoral para que, cumprindo a sentença prolatada no processo n. 9999019-97.2008.6.24.0014 (AIJE n. 386), promova os atos necessários ao afastamento do Prefeito e Vice-Prefeito do município de José Boiteux; (b) postergar a deliberação sobre a data da eleição para janeiro de 2011; e (c) decidiu, em atenção à consulta formulada pela Secretaria Judiciária, sobre o expediente a ser realizado no próximo dia 2 de novembro (feriado nacional) – último dia para a apresentação das contas pelos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos que participaram das Eleições 2010, conforme art. 26 da Resolução TSE n. 23.217/2010 –, que a sede deste Tribunal não abrirá no dia referido, prorrogando-se o prazo de apresentação das contas relativas às Eleições 2010 para o dia 3 de novembro de 2010.

- requisição – pagamento – execução de honorários;
- contratação indireta (terceirização) de funcionários (motoristas);
- pedido de locação de imóvel para abrigar a 56ª e 103ª Zonas Eleitorais/Balneário Camboriú;
- apreciação do Pregão Eletrônico n. 136/2010, cujo objeto consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços na área de jornalismo;
- despachos diversos em expedientes encaminhados para a Secretaria de Administração e Orçamento.

### 1.1.2.3 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP):

- dilação de prazo para entrega de atestado médico apresentado à SAMEO;
- pedido de Juiz Eleitoral para afastamento no período de 28 de junho a 15 de julho de 2010;
- liberação de juiz para participação em congresso no período 07 a 17/09/2010;
- exclusão da relação de servidores designada pela Portaria DG n. 81/2010 para atuar como equipe de apoio aos juízes auxiliares;
- afastamentos para participação em curso de formação;
- lotação de um analista judiciário no Cartório da 12ª Zona Eleitoral/Florianópolis;
- sugestão de ampliação do horário de atendimento ao eleitor durante o período de fechamento do cadastro;
- consulta – possibilidade de cessão do servidor Alexandre Tavares Avellar para o exercício de função comissionada de Assistente II, FC-02, na Divisão de Patrimônio e Almoarifado do TRF – 2ª Região;
- opção pela permanência em atividade, bem como pelo abono correspondente previsto no art. 40, § 19, da CF/88;
- programa de assistência pré-escolar;
- pagamento pelo programa de assistência à saúde do TRESC de aparelho médico para dependente;
- grupo de trabalho -- padronização e uniformização do trâmite dos procedimentos administrativos no âmbito da Secretaria do TRE – definição dos usuários e atualização dos procedimentos básicos obrigatórios para a utilização do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP;
- cessão de servidor analista judiciário lotado na 14ª Zona Eleitoral/Ibirama;
- cumprimento da decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça relativa à ascensão funcional;

- alteração da área de atividade e especialidade do cargo de Técnico Judiciário – Área de Apoio Especializado – Enfermagem;
- Alteração da Portaria P. n. 275/2009 – juros moratórios sobre os pagamentos efetuados em atraso;
- pagamento dos valores referentes às diferenças de remuneração decorrentes do recálculo do teto salarial, relativos ao período de 01.01.1998 a 01.06.2002;
- consulta – possibilidade de cessão do servidor;
- manutenção do auxílio pré-escolar, com fundamento no art. 6º da Resolução TSE n. 23.116/2009;
- redistribuição por reciprocidade;
- preenchimento do cargo de juiz substituto;
- prestação de trabalho voluntário no cartório da 94ª Zona Eleitoral/Chapecó pelo período de um ano;
- alteração do horário de funcionamento do cartório;
- desconsideração de pedido de exoneração;
- direito à participação na modalidade direta do programa de assistência à saúde (PAS) do TRESC;
- adequação do número de requisitados à Resolução CNJ n. 88, de 08.09.2009;
- pagamento dos Jetons;
- proposta de regulamentação interna sobre a requisição de servidores públicos para prestar serviços nos Cartórios das Zonas Eleitorais do interior do Estado e a prorrogação das requisições para os Cartórios Eleitorais.
- redução da jornada de trabalho por motivo de doença incapacitante, sem redução de salário;
- licença para afastamento de cônjuge;
- desistência definitiva de nomeação;
- inclusão da Vantagem Pecuniária Individual na base de cálculo da gratificação natalina e adicional de férias;
- ressarcimento integral das despesas referentes à vacinação contra a Influenza H1N1;
- criação de cargos para a Justiça Eleitoral;
- greve dos servidores do TRESC;

### 1.12.2 SESSÕES ADMINISTRATIVAS

Em 29 de março de 2010, o Secretário de Tecnologia da Informação, Renato de Ávila Pacheco, procedeu a uma apresentação técnica da Proposta de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Procedimento Administrativo STI n. 02/2010), resultando na aprovação da Resolução n. 7.776/2010, que instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito deste Tribunal.

Em 19 de abril de 2010, o Juiz Sérgio Torres Paladino, Corregedor Regional Eleitoral, comunicou o recebimento dos Ofícios n. 41/2010 e n. 42/2010, expedidos pelo Juízo da 12ª Zona Eleitoral, e n. 12/2010, expedido pelo Juízo da 16ª Zona Eleitoral, informando a ausência de condições mínimas para instalação de seção especial de votação nos Presídios de Florianópolis e de Itajaí. Após as manifestações do Senhor Procurador Regional Eleitoral, André Stefani Bertuol – no sentido de solicitar informações sobre os motivos que impedem a instalação das referidas seções –, e dos Juízes, estes decidiram reunir-se com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina para avaliar possíveis soluções.

Em 26 de abril de 2010, o Tribunal aprovou a nomeação dos integrantes das Juntas Eleitorais da 1ª Zona Eleitoral (Urussanga) e da 52ª Zona Eleitoral (Anita Garibaldi), em virtude da realização de novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, em 6 de junho de 2010, nos Municípios de Maracajá e Celso Ramos.

Em 24 de maio de 2010, o Tribunal deliberou, à unanimidade, pelo afastamento dos membros da Corte do exercício de seus cargos efetivos, no período de 5 de julho de 2010 até cinco dias após o segundo turno das Eleições 2010, devendo ser essa decisão submetida à aprovação do Tribunal Superior Eleitoral e comunicada aos seus órgãos de origem. Informei a intenção de solicitar ao Prefeito do Município de Florianópolis o afastamento do Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto, no mesmo período, do exercício das suas funções no cargo de Procurador do Município.

Em 31 de maio de 2010, informei aos integrantes da Corte que, na reunião com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, este Tribunal Regional foi citado entre os três Tribunais mais avançados do país na discussão de questões administrativas.

Em 7 de junho de 2010, o Pleno acolheu a proposta formulada pela Coordenadoria de Eleições, reduzindo a composição das Mesas Receptoras de Votos (MRVs) e das Mesas Receptoras de Justificativas (MRJs) para 4 (quatro) e 2 (dois) componentes, respectivamente, e fixando, para fins de agregações, em 400 (quatrocentos) o limite de eleitores em cada seção eleitoral.

Em 26 de julho de 2010, submeti a Corte: (a) a Comunicação Interna



Internacionais, Susan Kleebank, que informou o nome dos dois visitantes franceses que, na qualidade de observadores internacionais, compareceram a este Tribunal no 2º Turno das Eleições 2010 para conhecer o Processo Eleitoral Brasileiro.

Em 31 de outubro de 2010, na sessão de encerramento do 2º Turno das Eleições 2010, agradei a todos os que tornaram um grande sucesso a realização das Eleições: mesários voluntários, servidores dos Cartórios e deste Tribunal Eleitoral, Juízes e Promotores Eleitorais, Juízes da Corte, Procuradoria Regional Eleitoral, Imprensa, Policiais Federais, Militares e Cíveis do Estado de Santa Catarina. Registre a visita, no segundo turno das Eleições 2010, dos observadores internacionais Theodore Adrien Ndione e Marie Florence Bennes, destacando, com satisfação, a positiva impressão que tiveram dos trabalhos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral Brasileira. O Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Juiz Sérgio Torres Paladino, Presidente da Comissão Apuradora das Eleições 2010, após agradecer à Corregedoria Regional Eleitoral e aos integrantes da Comissão Apuradora (Res. TRESC n. 7.806/2010), procedeu à leitura do Relatório Final das Eleições 2010.

Em 02 de dezembro de 2010, em atenção ao Ofício-Circular n. 1013/GP, do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal indicou o Ministro Enrique Ricardo Lewandowski para ser agraciado pela Medalha Joaquim Nabuco de Direitos Humanos - 2011.

Na mesma data, também foi realizada a solenidade de instalação da 105ª Zona Eleitoral, ocorrida no dia 2, nas dependências da Sala do Tribunal do Júri do Fórum de Justiça da Comarca de Joinville.

Em 09 de dezembro de 2010, em cumprimento ao art. 17 do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESC n. 7.357/2003), deu-se início à eleição dos novos dirigentes deste Tribunal, com a distribuição das cédulas de votação aos Juízes do Pleno. Concluída a votação, o Juiz Rafael de Assis Horn apurou a eleição unânime dos Juízes Sérgio Torres Paladino e Irineu João da Silva, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral deste Tribunal na gestão 2011/2012.

Em 16 de dezembro de 2010, em Sessão Solene, foram diplomados os Deputados Estaduais e Federais, Senadores e respectivos suplentes, Governador e Vice-Governador eleitos no pleito de 03 de outubro de 2010, nas dependências do CentroSul, com a presença de autoridades, familiares e convidados dos diplomandos, perfazendo um total de 2.300 pessoas.

Em 08 de fevereiro de 2011, comuniquei à Corte o recebimento de um exemplar da obra Trajetórias e Desafios, produzida pela Universidade Federal de Santa Catarina, contendo uma dedicatória do ex-integrante desta Corte, Doutor José Isaac Pilati.

- proposta de regulamentação interna sobre a concessão de licença-prêmio por assiduidade;
- pagamentos de quintos;
- reversão dos dias em haver a fim de que seja efetuado o pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso;
- consulta – período em que as promoções, remoções e férias dos magistrados de primeiro grau deverão ser suspensas, em razão das Eleições 2010;
- CNJ – Concurso Público – promoção da intimação pessoal dos candidatos aprovados dentro do número de vagas;
- procedimento de controle administrativo a respeito da formação de cadastro do concurso público;
- despachos diversos em expedientes encaminhados à Secretaria de Gestão de Pessoas.

#### 1.1.2.4 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI):

- composição das mesas receptoras para as Eleições de 2010;
- consulta – revisão do eleitorado com identificação biométrica;
- eleições de Juiz de Paz;
- relatório de votação por município;
- alteração dos limites entre os Municípios de Urussanga e Pedras Grandes – Lei Estadual n. 14.368/2008;
- despachos diversos em expedientes encaminhados à Secretaria de Tecnologia da Informação

## 1.2 MEMBROS DO TRIBUNAL

**ELEIÇÃO E POSSE:** em virtude do término do biênio do então Presidente desta Corte, Desembargador Cláudio Barreto Dutra, fui eleito na sessão de 20 de janeiro de 2010, oportunidade em que o Desembargador Sérgio Torres Paladino foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo a sessão de posse sido realizada no dia 25 de março de 2010.

**DOUTOR IRINEU JOÃO DA SILVA:** em 29 de março de 2010, tomou posse como juiz substituto, na categoria desembargador.

**DOUTOR LEOPOLDO AUGUSTO BRÜGGEMANN:** em 10 de maio de 2010, tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria juiz de direito, na vaga deixada pelo Juiz Samir

Oséas Saad.

DOUTOR CARLOS VICENTE DA ROSA GÓES: em 14 de junho de 2010 tomou posse como juiz substituto, na categoria jurista.

DOUTOR LUIZ CÉZAR MEDEIROS: em 14 de julho de 2010, tomou posse como juiz substituto, na categoria desembargador.

DOUTORA BÁRBARA LEBARBENCHON MOURA THOMASELLI: em 24 de agosto de 2010, tomou posse como juíza substituta, na categoria jurista.

DOUTOR IVORÍ LUIS DA SILVA SCHEFFER: em 10 de novembro de 2010, tomou posse como juiz substituto, na categoria juiz federal.

DOUTOR JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHNEIDER: em 17 de novembro de 2010, tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria juiz federal, na vaga deixada pela Juíza Eliana Paggiarin Marinho.

### 1.3 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as de caráter normativo:

- Portaria P n. 84, de 12 de abril de 2010: Dispôs sobre concessão, distribuição e prestação de contas do auxílio-alimentação destinado às eleições dos Municípios de Celso Ramos e Maracajá;
- Portaria P n. 89, de 06 de abril de 2010: Dispôs sobre o horário de expediente a ser observado, no regime de plantão, nas novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos Municípios de Maracajá e Celso Ramos;
- Portaria P n. 90, de 07 de abril de 2010: Dispôs sobre a realização de plantão nos Cartórios Eleitorais da Circunscrição de Santa Catarina e o horário de expediente a ser observado no período que antecede o fechamento do Cadastro Eleitoral;
- Portaria P n. 102, de 15 de abril de 2010: Dispôs sobre o ressarcimento integral de despesas com saúde referentes à vacina contra a Influenza H1N1;
- Portaria P n. 141, de 17 de maio de 2010: Dispôs sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários deste Tribunal;
- Portaria P n. 142, de 25 de maio de 2010: Dispôs sobre o regime de plantão de que trata a Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, e o respectivo horário de expediente a ser observado no período de 5 de julho a 15 de novembro de 2010;
- Portaria P n. 143, de 20 de maio de 2010: Dispôs sobre o horário de expediente a

Em 03 de agosto de 2010, foi lançada a Resenha Eleitoral – Nova Série, Volume 18, ano 2010, e distribuída aos candidatos, partidos e advogados presentes na sessão.

Em 18 de agosto de 2010, o Desembargador Sérgio Torres Paladino apresentou, com honra e satisfação, aos integrantes da Corte o Guia do Eleitor, organizado pela Coordenadoria de Gestão da Informação/SJ, que, por meio de uma linguagem acessível a todos – atuais e futuros eleitores –, tem o objetivo de promover a conscientização política e a divulgação de conceitos relacionados à cidadania.

Em 09 de setembro de 2010, informei a positiva repercussão na imprensa do Guia do Eleitor organizado pela Coordenadoria de Gestão da Informação/SJ, destacando os elogios do Professor Doutor Cesar Luiz Pasold, ex-integrante desta Corte, à publicação e ao corpo de servidores deste Tribunal, proferidos no programa Conversas Cruzadas, da TV COM, e no e-mail por ele direcionado à referida Coordenadoria.

Em 15 de setembro de 2010, convidei os integrantes da Corte para recepcionarem, dia 18 de setembro, o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em visita a este Tribunal e para conceder aos órgãos da imprensa uma entrevista coletiva.

Em 22 de setembro de 2010, distribuí documento aos integrantes da Corte informando a disponibilização para consulta nos sites do TRESC – internet e intranet – de link para a página “Metas Prioritárias 2010”, que tem por objetivo oferecer à sociedade transparência com relação ao acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário, com destaque para o alcance por este Tribunal de muitas das metas estipuladas, graças ao empenho de todos os envolvidos: Magistrados, Servidores, Zonas Eleitorais e as Unidades da sede do Tribunal.

Em 03 de outubro de 2010, no final do dia, agradei, o telefonema da Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que manifestou a sua satisfação com a finalização da apuração dos votos no Estado Catarinense. Agradei, ainda, o trabalho realizado, nestas Eleições, pelos voluntários, pelos diretores das escolas, pelos administradores e servidores municipais, pelos juízes e promotores eleitorais e pelo qualificado corpo de servidores deste Tribunal, em especial pelo trabalho da Assessoria dos Juízes, da Secretaria da Tecnologia da Informação, da Secretária Judiciária e da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial. Na sequência, o Juiz Sérgio Torres Paladino, Presidente da Comissão Apuradora das Eleições 2010, após agradecer o auxílio da Assessora-chefe da Corregedoria Regional Eleitoral, Renata Beatriz de Fávère, e equipe, procedeu à leitura do Relatório Geral de Apuração. Foi acolhido, à unanimidade o Resultado da Apuração das Eleições 2010 apresentado pela Comissão Apuradora.

Em 27 de outubro de 2010, comuniquei à Corte o recebimento dos seguintes Ofícios: n. 5795/2010 – AIN/TSE, de 26.10.2010, subscrito pela Assessora para Assuntos

Santa Catarina concluiu a totalização dos votos, no primeiro turno, às 22h12min do dia 03 de outubro de 2010; no segundo turno, para a Presidência da República [pois não houve segundo turno para o Governo do Estado], a totalização ocorreu às 20h56min do dia 31 de outubro.

Nesse contexto, friso que a maior preocupação da Justiça Eleitoral catarinense não é com a agilidade na apuração, mas sobretudo com a segurança e fidedignidade no resultado do pleito.

## 1.12 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

### 1.12.1 SESSÕES JUDICIAIS

Em 17 de maio de 2010, o Juiz Irineu João da Silva, Corregedor Regional Eleitoral substituto, reportou aos membros da Corte o resultado do levantamento efetuado a respeito dos presos provisórios aptos ao exercício do voto em Santa Catarina. O Tribunal decidiu, à unanimidade, determinar a instalação de seção eleitoral especial tão somente no presídio de Blumenau, única dentre as unidades prisionais a apresentar mais de 20 presos provisórios aptos ao exercício do voto.

Em 31 de maio de 2010, transmiti aos integrantes do Pleno o agradecimento do Diretor Jurídico do Grupo RBS, Paulo Gallotti, pela visita institucional realizada ao Grupo, que teve o objetivo de aproximar o Judiciário e a imprensa para o bom desempenho dos trabalhos nas Eleições 2010.

Em 1º de julho de 2010, na cerimônia de apresentação da obra Eleições 2010 - Legislação Consolidada, elaborada em parceria entre a Associação Catarinense do Ministério Público e este Tribunal, ressaltei o papel de destaque ocupado pela Corte no cenário jurídico nacional, creditado em parte aos seus juízes – cultos, interessados, estudiosos, justos –, em parte aos seus procuradores regionais eleitorais com iguais virtudes. Porém, o Desembargador Sérgio Torres Paladino asseverou que todos esses detêm mandatos temporários, devendo-se atribuir aos servidores da Corte, dotados de permanência institucional, grande parcela do sucesso alcançado, graças ao seu empenho, à sua dedicação, ao seu amor pelo trabalho. Cumprimentou todos os servidores envolvidos na publicação da obra, em virtude da sua grande importância, que ajudará sobremaneira juízes, promotores, advogados e principalmente todos os candidatos que disputarão cargos eletivos. O Doutor Rui Carlos Kolb Schiefler, Presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, felicitou os servidores pelo trabalho sério, competente, atual e cuidadoso na publicação dessa que é, em sua visão, a melhor obra do gênero no país, sendo de obrigatória leitura tanto para operadores jurídicos como para candidatos e cidadãos. O Doutor Claudio Dutra Fontella, Procurador Regional Eleitoral, congratulou todos os servidores envolvidos nessa obra de compilação de normas eleitorais.

ser observado nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2010, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e nos Cartórios Eleitorais da Circunscrição deste Estado;

- Portaria P n. 150, de 26 de maio de 2010: Alterou o inciso I do art. 6º da Portaria P n. 341/2009, que dispõe sobre a autuação, a tramitação e o arquivamento dos procedimentos administrativos;
- Portaria P n. 158, de 26 de maio de 2010: Aprovou a “Tabela de Títulos para Classificação dos Procedimentos Administrativos” do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 187, de 14 de junho de 2010: Definiu as atribuições do Gestor de Indicadores, relacionadas com as determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Portaria P n. 199, de 30 de junho de 2010: Regulamentou o Programa de Assistência à Saúde (PAS) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 203, de 30 de junho de 2010: Alterou o caput do art. 35 da Portaria P n. 275, de 14.9.2009, que dispõe sobre a incidência de correção monetária e de juros de mora sobre as parcelas remuneratórias pagas em atraso a servidor ativo e inativo, pensionista ou agente público no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, não alcançadas pela prescrição quinquenal;
- Portaria P n. 223, de 20 de julho de 2010: Designou a Doutora Eliana Paggiarin Marinho para exercer as atribuições do cargo de Ouvidor no âmbito deste Tribunal, e o Doutor Leopoldo Augusto Brüggemann como substituto;
- Portaria P n. 280, de 17 de agosto de 2010: Transformou a Área de Apoio Especializado – Especialidade Enfermagem, do cargo vago de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para a Área de Apoio Especializado – Especialidade Programação de Sistemas;
- Portaria P n. 297, de 31 de agosto de 2010: Dispôs sobre a requisição de servidores públicos para prestar serviços nos Cartórios das Zonas Eleitorais do interior do Estado e a prorrogação das requisições e dispensa dos requisitados para os Cartórios Eleitorais sediados na Capital e no interior;
- Portaria P n. 324, de 22 de setembro de 2010: Dispôs sobre a concessão de licença-prêmio por assiduidade no âmbito deste Tribunal;
- Portaria P n. 335, de 27 de setembro de 2010: Alterou o caput do art. 32 da Portaria P n. 199, de 30.6.2010, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde;
- Portaria P n. 369, de 27 de outubro de 2010: Dispôs sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
- Portaria P n. 412, de 13 de dezembro de 2010: Dispôs sobre a escala de plantão dos Juízes deste Tribunal e fixa o horário de plantão nas Centrais de Atendimento ao Eleitor;
- Portaria P n. 421, de 14 de dezembro de 2010: Suspendeu o prazo de que trata o

caput do art. 32 da Portaria P n. 199, de 30.6.2010, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde.

## 1.4 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.776, de 29 de março de 2010: Instituiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.777, de 17 de maio de 2010: Designou os Juízes responsáveis pelo exercício do poder de polícia e demais atos relativos a propaganda nas Eleições de 2010;
- Resolução n. 7.785, de 14 de junho de 2010: Alterou dispositivos da Resolução TREC n. 7.461, de 20.2.2006, que regulamenta a licença para capacitação no âmbito deste Tribunal;
- Resolução n. 7.787, de 30 de junho de 2010: Dispôs sobre a indenização de transporte aos oficiais de justiça designados para cumprimento de mandados provenientes da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.788, de 30 de junho de 2010: Revogou a Resolução n. 7.525/2006, que regulamentava o Programa de Assistência à Saúde dos servidores deste Tribunal;
- Resolução n. 7.789, de 30 de junho de 2010: Revogou o art. 5º e altera o § 1º do art. 6º, ambos da Resolução TREC n. 7.347, de 07.10.2003, que trata sobre os procedimentos a serem observados no processo administrativo disciplinar no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.790, de 30 de junho de 2010: Dispôs sobre o regime de plantão, no âmbito da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para as eleições de 2010;
- Resolução n. 7.791, de 30 de junho de 2010: Disciplinou o processamento das reclamações, representações e pedidos de resposta de competência dos Juizes Auxiliares no âmbito deste Tribunal;
- Resolução n. 7.793, de 30 de junho de 2010: Instituiu a Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.794, de 13 de julho de 2010: Regulamentou o Sistema de Fluxo de Formulários – BREVE, destinado à tramitação eletrônica de formulários administrativos;
- Resolução n. 7.798, de 22 de julho de 2010: Disciplinou a forma de publicação do

- Sistema Agregador: desenvolvido pelo TREC e utilizado com sucesso há várias eleições, o sistema, em 2010, foi cedido ao TREMG para utilização nas Eleições Gerais. Em Santa Catarina, o aplicativo propôs agregações de seções que reduziram a quantidade de urnas eletrônicas em 6%, permitindo economia de recursos;
- Processo Administrativo Eletrônico: O sistema automatizará o fluxo de todos os procedimentos administrativos, permitindo a extinção dos autos em papel. Encontrase na fase de construção, com a participação colaborativa dos Regionais de ES, PE, PI, RN, SC e SE e com o patrocínio do TSE.

## 1.11 ELEIÇÕES 2010

Para as eleições oficiais, foi criado o Projeto Eleições 2010, englobando todas as atividades a serem executadas pelo TREC e pelos Cartórios Eleitorais. O gerenciamento do projeto foi realizado pela Coordenadoria de Eleições da Secretaria da Tecnologia da Informação e coordenado pelo Grupo de Apoio ao Planejamento de Eleições (GAPE), com o acompanhamento contínuo junto às unidades responsáveis pelas atividades.

O Projeto Eleições vem sendo aprimorado a cada pleito. Destaco no presente exercício: informações mais completas, centralizadas e amplas disponibilizadas na intranet do TREC a todos os interessados no repositório denominado Base de Conhecimento das Eleições [notícias, comunicados, instruções, documentação, normas, etc.]; elaboração de guias rápidos (manuais simplificados que facilitaram a operação dos sistemas) e roteiros para a execução das diversas audiências públicas com as urnas eletrônicas, previstas na legislação; criação do Plano de Comunicação, que minimizou redundâncias, informações conflitantes e acúmulo de atividades, efeitos usualmente incidentes em projetos dessa magnitude; preparação e coordenação do Simulado Nacional das Eleições 2010, ocorrido no mês de agosto, envolvendo todas as Zonas Eleitorais, visando à reprodução prévia do cenário do dia das eleições [infraestrutura de rede de comunicação de dados, computadores, contato preliminar dos servidores com os sistemas, identificando problemas e ações corretivas em tempo hábil.

Importante realçar a experiência bem sucedida do novo modelo de urnas utilizadas (chamado pelo TSE de “modelo 2009”) em todas as seções eleitorais de Florianópolis. Tal modelo fez uso da chamada memória de resultado, nova tecnologia semelhante aos dispositivos pen-drive, que substituirá integralmente os disquetes flexíveis.

O planejamento realizado refletiu diretamente na realização do pleito: a votação e a apuração dos votos transcorreram na mais absoluta normalidade e as poucas ocorrências de incidentes verificadas nas urnas não foram significativas, tendo o pleito sido realizado dentro da previsão feita.

no envio de RAEs. Esse serviço auxilia na fiscalização dos Cartórios Eleitorais pela Corregedoria Regional Eleitoral, atendendo ao disposto no art. 6º, parágrafo único, da Res. TRESC n. 7760, de 2009;

- elaboração do formulário e compilação das informações para os cálculos estatísticos da Pesquisa Perfil Saúde, que faz parte do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, projeto patrocinado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.
- disponibilização de novas soluções, tais como: bases de conhecimento para Coordenadoria de Controle Interno e Coordenadoria de Registros e Informações Processuais; término da configuração do novo sistema de folha de pagamento para implantação pela Secretaria de Gestão de Pessoas em 2011; implantação do novo sistema de patrimônio ASI para Secretaria de Administração e Orçamento; suporte operacional aos sites intranet e internet do TRESC, em especial ao Portal Eleições 2010, veículo oficial de comunicação interna instituído para o período eleitoral.

Sistemas desenvolvidos para as eleições, destacam-se:

- Rotas: facilita o controle logístico da entrega e recebimento das urnas e mídias de totalização. Esse foi o primeiro sistema eleitoral construído sob o modelo de qualidade MPS-Br (Nível G). O TRESC é o único órgão do Judiciário Brasileiro certificado neste padrão;
- Unidades Eleitorais: permite o controle dos locais estratégicos (locais de apuração, suporte, justificativa) e das linhas de comunicação de dados utilizadas durante o pleito eleitoral;
- Sistema de Convocação: novo serviço de AR digital, que viabiliza a emissão e o recebimento eletrônico do resultado da entrega das convocações pelos Correios; e novo serviço de publicação da relação de convocados na internet, que é atualizada automaticamente.

Intercâmbio de soluções tecnológicas e cooperação com outras instituições, ressaltam-se as seguintes parcerias:

- Sistema de Informações Eleitorais (SIEL): o novo sistema implantado permite o compartilhamento de informações do Cadastro Eleitoral com Autoridades Judiciais e Ministério Público; sistema desenvolvido pelo TRERS com colaboração do TRESC nos requisitos de segurança;
- Sistema Integra: desenvolvido em conjunto com o TJSC, a nova ferramenta automatiza a comunicação de condenações e extinções de punibilidade (CRESC);

juízo dos pedidos de registro de candidaturas;

- Resolução n. 7.799, de 27 de julho de 2010: Alterou os arts. 19 e 20 do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESC n. 7.357, de 17.12.2003);
- Resolução n. 7.800, de 05 de agosto de 2010: Delegou competência ao Presidente do Tribunal para autorizar os afastamentos, licenças e férias dos Juizes Eleitorais, bem como para designar os respectivos substitutos, para lapsos temporais de até 15 (quinze) dias, no período ordinário, e de até 5 (cinco) dias, no período eleitoral;
- Resolução n. 7.801, de 28 de julho de 2010: Dispôs sobre os procedimentos a serem adotados para o desfazimento de materiais inservíveis;
- Resolução n. 7.802, de 27 de julho de 2010: Dispôs sobre alterações na estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, aprovada pela Resolução TRESC n. 7.545, de 17.9.2007 - Regulamento Interno;
- Resolução n. 7.804, de 05 de agosto de 2010: Alterou os arts. 49 e 67 do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESC n. 7.357, de 17.12.2003);
- Resolução n. 7.806, de 08 de setembro de 2010: Constituiu a Comissão Apuradora das Eleições 2010;
- Resolução n. 7.808, de 20 de agosto de 2010: Dispôs sobre o exercício do direito de resposta nos dias 29 e 30 de setembro de 2010;
- Resolução n. 7.810, de 1º de novembro de 2010: Regulamentou a instalação da 105ª Zona eleitoral e a recomposição da 19ª, 76ª, 95ª e 96ª Zonas Eleitorais, nos Municípios de Joinville, Garuva e Itapoá;
- Resolução n. 7.811, de 27 de outubro de 2010: Dispôs sobre o processamento da prestação de contas de campanha nas eleições 2010;
- Resolução n. 7.813, de 29 de novembro de 2010: Alterou a composição da Comissão Apuradora das Eleições 2010;
- Resolução n. 7.814, de 30 de novembro de 2010: Dispôs sobre o curso dos prazos e os plantões nas Centrais de Atendimento ao Eleitor e no Tribunal no feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966, na circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.815, de 25 de janeiro de 2011: Estabeleceu instruções para a realização de novas eleições para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de José Boiteux, e aprovado o respectivo Calendário Eleitoral;
- Resolução n. 7.816, de 25 de janeiro de 2011: Estabeleceu instruções sobre a arrecadação de recursos na campanha eleitoral e a sua aplicação, bem como a prestação de contas da nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de José Boiteux;

- Resolução n. 7.817, de 26 de janeiro de 2011: Estabeleceu a forma para a realização das intimações nas prestações de contas dos candidatos não eleitos no pleito de 2010.

## 1.5 DESTAQUES DAS UNIDADES ORGÂNICAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À PRESIDÊNCIA

### 1.5.1 ASSESSORIAS JURÍDICAS

As assessorias jurídicas da Presidência, estabelecidas no art. 13 da Resolução TRESC n. 7.545, de 17.9.2007 – Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina –, prestaram assessoramento à Presidência em seus atos de gestão atinentes ao desempenho de suas atribuições legais e regimentais; dirigiram, orientaram e coordenaram as atividades da unidade com vistas ao pronto e permanente atendimento à Presidência; realizaram estudos jurídicos e emitiram pareceres em procedimentos administrativos e em processos judiciais, quando determinado pela Presidência; subsidiaram com pesquisas, análises e informações os despachos da Presidência nos recursos especiais e ordinários; elaboraram, por determinação da Presidência, minutas de despachos a serem submetidas à sua apreciação; analisaram, por ordem da Presidência, minutas de atos normativos que envolvem matéria administrativa e eleitoral de interesse do Tribunal, na esfera de sua competência; sugeriram a elaboração de ato normativo sobre matérias relacionadas à área de atuação das assessorias; prepararam documentação necessária para subsidiar o Presidente quando de sua participação nos encontros do Colégio de Presidentes; subsidiaram a Presidência com a prestação de informações para a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Corregedoria Regional Eleitoral e outros órgãos públicos e entidades particulares; apreciaram procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como processos judiciais, provenientes da Secretaria Judiciária, abrangendo todas as matérias mencionadas no item 1.1 deste relatório, além de analisarem, diariamente, os mais variados documentos encaminhados à Presidência, com vistas a oferecer subsídios para as decisões desta autoridade e executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.

### 1.5.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

A Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial tem suas atribuições arroladas no art. 15 do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução n. 7.545/2007), que têm como foco levar ao conhecimento do público externo e interno as atividades da Justiça Eleitoral catarinense, principalmente em ano eleitoral, para dar visibilidade aos assuntos de interesse dos eleitores, candidatos, partidos e demais cidadãos. Extraio, sinteticamente, do relato circunstanciado

e a sede do Tribunal. Com a tecnologia instalada, aumentou o desempenho e robustez do link de comunicação com cada unidade e abriu-se a possibilidade de acesso a outros serviços ainda não disponíveis aos Cartórios (ex. acesso à internet, tráfego de conteúdos multimídia).

O projeto de outsourcing de impressão permitiu aos Cartórios a utilização de novos serviços dos equipamentos multifuncionais como fotocopadora e digitalização de documentos, até então não disponíveis de forma integrada. Destaco que a modalidade de locação adotada reduz custos e evita que os equipamentos e suprimentos fiquem obsoletos, pois estes são mantidos e substituídos pela empresa contratada.

Em relação ao parque computacional, foram substituídas impressoras matriciais, adquiridas impressoras térmicas (maiores Zonas) para protocolo e instalação de monitores com tecnologia LCD para todos os Cartórios Eleitorais. Foram disponibilizados notebooks para totalização, nos casos de apuração em ambiente externo às Zonas Eleitorais, bem como para todos os postos intermediários de transmissão.

Outro destaque foi a instalação de um gerador de energia dedicado à sala de processamento de dados do TRESC, o que permitirá a manutenção da disponibilidade dos principais sistemas informatizados, em especial o atendimento ao eleitor em todo o Estado, quando houver interrupção do fornecimento de energia elétrica no edifício-sede.

### 1.10.3 PROJETOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS

Diversas aplicações foram desenvolvidas, implantadas ou incrementadas no ano de 2010, merecendo destaque os seguintes projetos:

- implantação da Portaria da Direção-Geral eletrônica, onde toda tramitação, assinatura digital e publicação ocorrem virtualmente;
- novo registro da prestação de serviço extraordinário em meio digital, imprimindo maior segurança com menor custo operacional;
- procedimento de pagamento informatizado, dispensando o envio de notas fiscais e faturas para atestação via fac-símile;
- no âmbito das Eleições Gerais, implementou-se o envio eletrônico dos documentos da totalização, das Zonas Eleitorais para a sede, eliminando os custos postais;
- disponibilização no site do TRESC do Serviço de Ouvidoria (formulário via internet) que serve como canal de comunicação entre o público externo e o TRESC para envio de sugestões, reclamações, denúncias e elogios;
- implementação da notificação automática aos Cartórios Eleitorais referente ao atraso

somaram 450 horas, contando com a participação de 81 e 914 servidores, respectivamente. Quanto à modalidade de educação a distância, participaram 1.530 interessados, e os cursos totalizaram 258 horas.

Manteve-se a destinação da verba específica para o investimento no desenvolvimento e capacitação dos servidores lotados nas Zonas Eleitorais, que puderam participar de, pelo menos, 4 (quatro) oportunidades de treinamentos ou encontros in company presenciais, com ênfase na preparação para as Eleições 2010.

## 1.10 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 1.10.1 PRÁTICAS DE GESTÃO DE SUPORTE E SERVIÇOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em atendimento ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Res. TREC n. 7.776, de 2010), deu-se continuidade à implantação das melhores práticas de gestão de suporte e serviços de Tecnologia da Informação (TI). Em aderência ao modelo de governança ITIL, recomendado por órgãos como CNJ e TCU, foram introduzidos processos com o objetivo de aprimorar a entrega e a disponibilidade dos serviços de TI, em especial aqueles denominados Gerenciamento de Incidentes, Gerenciamento de Configuração e Gerenciamento de Mudanças, relativos à operação dos serviços e ao atendimento das solicitações dos usuários, com vistas a aumentar a qualidade e diminuir o tempo de interrupção de serviços eventualmente indisponíveis.

Com o objetivo de incrementar a qualidade e reduzir o tempo de solução e o número de chamados para o suporte, foram adotadas basicamente cinco estratégias: i) intensificação dos treinamentos – com antecedência – de toda a equipe de atendentes nos sistemas aos quais prestariam suporte; ii) monitoramento, em tempo real, das atualizações dos sistemas eleitorais; iii) elaboração de documentação mais detalhada; iv) adoção de supervisão intermediária das atividades da Central de Serviços de TI; e v) dedicação exclusiva de equipe de especialistas em sistemas eleitorais. Tais estratégias mostraram-se eficazes, em especial na avaliação positiva da atuação da Central de Suporte nas Eleições 2010.

### 1.10.2 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E RECURSOS DE REDE

Dois projetos propiciaram salto qualitativo aos serviços de TI para os Cartórios Eleitorais: (i) nova rede de comunicação de dados (backbone secundário); e (ii) novas multifuncionais (impressora, fax e copiadora de porte em sistema de outsourcing).

O backbone secundário engloba toda a infraestrutura (linhas, equipamentos, sistemas, configurações) necessária à comunicação de dados entre os Cartórios Eleitorais

apresentado pela referida unidade, as principais atividades desenvolvidas durante a gestão que se encerra:

### 1.5.2.1 SEÇÃO DE IMPRENSA

Merecem destaque: produção de textos jornalísticos para releases, notas, boletins de rádios, entre outros (somente na página do TREC na web foram publicadas 812 notícias relativas à Justiça Eleitoral catarinense e publicadas outras 176 notícias do TSE, com abordagens diárias de assuntos envolvendo o processo eleitoral e ênfase para as eleições 2010); acompanhamento das sessões de julgamento do TREC visando à elaboração de matérias jornalísticas para a imprensa estadual e para o TSE, disponibilizando-se as informações em sua página na internet em “Resumo da Sessão”, e envio da respectiva resenha para os meios de comunicação cadastrados no mailing; intermediação e assessoramento a profissionais de veículos de comunicação estaduais e nacionais; entrevistas para emissoras de rádio e TV e para a mídia impressa; atendimento a jornalistas, com a indicação da fonte adequada, realização do contato, agendamento de 256 entrevistas e, via de regra, acompanhamento do entrevistado; acompanhamento de repórteres de emissoras de rádio, TV e blogs em seu trabalho na sede do TREC; esclarecimento de dúvidas para sites e blogs, precedidas de pesquisas e consultas às unidades detentoras da informação técnica; atendimento a jornalistas em busca de informações para a produção de matérias e reportagens sobre o processo eleitoral (eleições suplementares em Celso Ramos e Maracajá, informações sobre processos envolvendo cassações, urnas eletrônicas, eleitoral, eleições comunitárias que contaram com o apoio do TREC, partidos políticos, prestações de contas, ações da Justiça Eleitoral, prazos, processos julgados no TREC, etc.); elaboração de matérias especiais para a imprensa estadual, com enfoques destacados para a imprensa regional; acompanhamento diário das notícias relacionadas com o TREC veiculadas em jornais, rádios e TVs estaduais, verificando-se a repercussão das matérias elaboradas pela Assessoria e enviadas à imprensa; disponibilização de toda a estrutura necessária aos jornalistas e repórteres para a realização de cobertura e divulgação de eventos na sede do TREC, como posses de Presidente e de Juízes da Corte; a implementação da ferramenta twitter na web (contando hoje com 573 seguidores e 847 mensagens postadas) que permitiu instantânea divulgação de notícias, acompanhamento de julgamentos e demais eventos de interesse da imprensa, diminuindo os contatos diretos feitos por jornalistas; publicação do TRE Notícias, com reportagens em vídeo que deram um maior dinamismo na propagação da informação; organização, na semana que antecedeu a eleição, da Central de Divulgação dos resultados, dando apoio e estrutura a toda a imprensa estadual que no dia do pleito transmite as informações ao vivo.

### 1.5.2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 1.5.2.2.1 INFORMATIVO INTERNO ENTRENÓS

Produção da newsletter enTRENós, informativo online quinzenal, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense. Cursos, eventos,

entrevistas, confraternizações, curiosidades e cultura foram abordados em 21 informativos, cada um deles contendo dois vídeos e seis matérias escritas, resultando em 42 vídeos e 126 reportagens. A produção dos vídeos passou a ser integralmente feita pela AICSC, passando pelo agendamento das entrevistas, pautas, filmagem, edição e pós-produção. O enTREnós confirmou sua posição como um fator agregador dos servidores, que participaram dando dicas de reportagens, comentando matérias, dando entrevistas, com repercussão extremamente positiva.

#### 1.5.2.2.2 DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS INTERNAS DO TRESC

Elaboração dos textos e da arte gráfica para e-mails, cartazes para o elevador, banners e outros produtos, a fim de dar ampla divulgação sobre o lançamento, o andamento e a conclusão da Campanha do Agasalho.

#### 1.5.2.2.3 REPORTAGENS PARA O BRASIL ELEITOR

A Comunicação Social atua auxiliando na elaboração de reportagens para o programa Brasil Eleitor, produzido pela TV Justiça e veiculado por TVs nacionais e estaduais. Além de sugestões de pauta, colabora auxiliando a jornalista responsável pela edição com informações, pesquisas, e indicação de fontes corretas, marcando e acompanhando as entrevistas.

#### 1.5.2.2.4 LANÇAMENTO DO TRENÓTIÍCIAS

Com a intenção de aprimorar a divulgação da Justiça Eleitoral catarinense, foi realizado o lançamento de mais um meio de comunicação em vídeo. O TRENotícias nasceu com a missão de apresentar os bastidores dos trabalhos do TRE-SC tanto para o público interno como para o público externo. As notícias são redigidas e publicadas em nossa página na intranet/internet, acompanhadas de um vídeo que traz informações adicionais, funcionando como um noticiário multimídia. Foram 32 matérias em vídeo realizadas sobre as eleições 2010 e publicadas de 18 de agosto até 18 de dezembro, com uma média de duas por semana.

#### 1.5.2.2.5 LANÇAMENTO DO CANAL TRESC, NO YOUTUBE

O Canal TRESC tem por objetivo levar, para o público externo, a produção em vídeo realizada pela Justiça Eleitoral catarinense. Foram selecionados vídeos do TRENotícias e do enTREnós com conteúdo de interesse externo, e que ficaram disponíveis para a visualização e para utilização pelos canais de TV interessados. O canalTRESC foi um sucesso. Foram publicadas 32 reportagens, das quais a mais vista teve mais de 2.300 visualizações.

## 1.9 DESTAQUES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

### 1.9.1 INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS

Destaco algumas inovações implementadas nessa área:

- continuidade e aperfeiçoamento da implementação do Programa Qualidade de Vida, com o Projeto Integrado de Saúde, cujo propósito é desenvolver um modelo com ampla prática em Saúde Ocupacional, voltada para aspectos de planejamento e execução de ações de cunho educacional e preventivo, em associação a um aspecto da Saúde Assistencial. Neste sentido, realizou-se o Projeto “Stress: Eleições 2010”, com o slogan: “Eleições 2010, diga não ao stress”.
- criação do Portal Transparência para a publicação na internet das informações exigidas pela Resolução CNJ n. 102, de 2009, com atualização mensal dos dados disponibilizados.
- implementação, em setembro de 2010, com o apoio da Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria da Tecnologia da Informação deste Tribunal, do formulário eletrônico de prestação do serviço extraordinário, possibilitando a importação dos dados constantes do formulário pelo Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) quando o serviço é prestado na unidade de lotação do servidor, dispensando-se, nestes casos, a digitação e, conseqüentemente, a conferência dos dados lançados.

### 1.9.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Convém destacar, no tocante ao Programa de Desenvolvimento Organizacional, que visa à permanente capacitação de servidores, a manutenção do direcionamento dos recursos para a realização de cursos in company e de ações de treinamentos corporativos; e desenvolvimento e manutenção da modalidade de ensino a distância, beneficiando maior contingente de colaboradores.

Seguindo referido Programa aprovado pela Direção-Geral, em atendimento ao disposto no art. 6º, inciso III, da Resolução TSE n. 22.572, de 2007, foi executado o Módulo III – Liderança e Equipes –, num total de 14 (catorze) turmas, com o objetivo de alcançar todos os servidores da sede e das Zonas Eleitorais. Ainda, a previsão de encerramento deste Programa dar-se-á com a execução do Módulo IV – Saúde Ocupacional – no ano de 2011.

Foram ministradas 2.278 horas de treinamento com a participação de aproximadamente 2.525 (dois mil quinhentos e vinte e cinco) servidores. Os cursos presenciais realizados fora da sede perfizeram 1.570 horas e os ministrados in company



### 1.8.3 EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2010, com suas suplementações, provisões e deduções, atingiram o valor de R\$ 136.511.739,04 (cento e trinta e seis milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e trinta e nove reais e quatro centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 136.180.705,24 (cento e trinta e seis milhões, cento e oitenta mil, setecentos e cinco reais e vinte e quatro centavos). Foram recebidas, no período, provisões orçamentárias no valor líquido de R\$ 11.509.772,04 (onze milhões, quinhentos e nove mil, setecentos setenta e dois reais e quatro centavos), assim distribuídos:

- Ação orçamentária Pleitos Eleitorais: foi recebido o valor líquido de R\$ 9.580.314,93 (nove milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quatorze reais e noventa e três centavos) destinado a custear as Eleições de 2010, bem como as eleições na comunidade, tendo sido executada a totalidade do orçamento provisionado.
- Ação orçamentária Gestão e Administração do Programa: foi recebido o valor de R\$ 1.929.457,11 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e onze centavos) para custear o contrato de Backbone secundário, destinado a prover a comunicação de dados entre este Tribunal e os Cartórios Eleitorais de Santa Catarina.

### 1.8.4 CRÉDITOS ADICIONAIS

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária para o pagamento de pessoal no valor de R\$ 10.350.232,00 (dez milhões, trezentos e cinqüenta mil, duzentos e trinta e dois reais), dos quais R\$ 6.220.997,00 (seis milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e noventa e sete reais) foram destinados ao pagamento de Pessoal Ativo e R\$ 4.129.235,00 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais) para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Civis. Os créditos adicionais foram necessários para o pagamento de despesas de exercícios anteriores e em virtude da admissão de novos servidores. Também foram recebidas suplementações orçamentárias nas ações de benefícios: auxílio pré-escolar = R\$ 81.523,00 (oitenta e um mil, quinhentos e vinte e três reais), assistência médica e odontológica = R\$ 112.480,00 (cento e doze mil, quatrocentos e oitenta reais) e auxílio alimentação = R\$ 514.605,00 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e cinco reais).

Foram concedidos, por este Tribunal, os valores de R\$ 13.175,00 (treze mil, cento e setenta e cinco reais), da ação orçamentária auxílio transporte, para suplementar outras ações orçamentárias de benefícios e de R\$ 376.564,00 (trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), de Obrigações Patronais decorrentes do pagamento de Pessoal Ativo, para suplementar as ações orçamentárias de pessoal.

### 1.5.2.3 CERIMONIAL

A equipe de cerimonial foi responsável pela organização: de solenidades de posse da Presidência e Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral e de Juizes das Classes Juiz de Direito, Juiz Federal e Jurista; pela organização da Campanha do Agasalho; da visita a este Tribunal do Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski; e auxílio, a pedido do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos preparativos e realização da Audiência Pública sobre a Reforma do Código Eleitoral, ocorrido no auditório daquele Órgão; da solenidade de instalação da 105ª Zona Eleitoral de Joinville; Sessão Solene de Diplomação do candidatos eleitos no referido pleito – Deputados Estaduais e Federais, Senadores e respectivos suplentes, Governador e Vice-Governador.

### 1.5.2.4 SEÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA

Execução de serviços multimídia como gravações e edições em vídeo e criação e elaboração de peças gráficas para diversas unidades do Tribunal; transmissão e gravação das sessões ordinárias e solenes do Pleno; vinhagem, gravação e edição de 40 edições do informativo enTRENós; publicação do Clipping TV na Videoteca; resgate e publicação na Videoteca do áudio das sessões antigas do Pleno; vinhagem, gravação e edição de 31 edições do TRE Notícias; gravação e edição de eventos diversos, como cursos ministrados no TRESC; implementação do banco de imagens Picasa; implementação do Media Manager; gravação e edição do vídeo instrucional para a PMSC nas Eleições 2010; implementação do canalTRESC no YouTube; implementação do Twitter TRESCjusbr; execução de 83 itens de serviços de artes gráficas, dos quais destacam-se: identidade visual das Eleições 2010; consolidação e aplicação em diversas peças publicitárias; finalização do Calendário 2010; Campanha Bem Estar Nas Eleições da Sameo; capa e diagramação do Guia Eleitor 2010 e do Manual de Propaganda Eleitoral; Campanha Alistamento Eleitoral; Campanha Mesário Voluntário; capa do Manual Tira-Dúvidas elaborado pela CGI; Campanha do Agasalho 2010; EAD: Projeto Gráfico dos Cursos CED.

### 1.5.3 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

A Coordenadoria de Controle Interno passou a integrar a estrutura da Presidência a partir de julho de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução n. 86, de 08 de setembro de 2009. Nos termos da Constituição da República o referido órgão de controle atuou para comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional. Obedecendo à legislação eleitoral em vigor, foram examinadas as prestações de contas anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos, e das prestações de contas de campanha eleitoral submetidas ao Tribunal por partidos, comitês financeiros e candidatos ao pleito de 2010, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a apreciação

judicial de tais contas.

### 1.5.3.1 SEÇÃO DE AUDITORIA – ÁREA ADMINISTRATIVA

A Seção em comento foi inserida no quadro administrativo deste Tribunal por força dos termos da Resolução n. 7.802, de 28.7.2010, que, dentre outras providências, extinguiu a unidade técnica anteriormente existente – a Seção de Acompanhamento e Avaliação de Gestão –, e modificou substancialmente as atribuições que lhe eram inerentes. A natureza das incumbências da Seção anterior – eminentemente de controle preventivo – era em grande parte executada por meio de orientação, análise e emissão de pareceres que visavam racionalizar a execução de despesas, bem como aumentar a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O delineamento conferido à novel Seção é de ações de auditoria posteriormente à atuação administrativa.

Assim, no ano de 2010, até 28 de julho, a então Seção de Acompanhamento e Avaliação de Gestão realizou as seguintes atividades: emissão de pareceres acerca da regularidade dos procedimentos administrativos pertinentes à área de licitações e de contratos administrativos; análise de contratos, manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (reajuste e reequilíbrio), de aditamentos e prorrogação desses ajustes, e de convênios; exame dos procedimentos realizados previamente às aquisições/contratações de serviços a serem efetuadas por este Tribunal; exame prévio das minutas-padrão dos editais, contratos e convênios elaborados por este Tribunal; emissão de pareceres em processos administrativos referentes a temas diversos afetos à Administração desta Corte incluindo os pertinentes à área de Gestão de Pessoas.

A partir de 28 de julho de 2010, em atenção ao disposto no art. 17-B da Resolução 7.802/2010, a atual Seção de Auditoria – Área Administrativa realizou: auditoria que teve por objeto a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e à eficiência no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados, apontando as causas que prejudicaram o desempenho da ação administrativa e as providências adotadas, consoante as seguintes informações: programas de governo ou programa de trabalho deste tribunal: 1. programa/ação administrativa; 2. objetivos gerais e específicos; 3. metas previstas (unidade); 4. resultados alcançados; e 5. avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade jurisdicionada; elaboração de parte da Tomada de Contas Anual concernente à Área Administrativa, relativa ao exercício de 2010, com a emissão do relatório e do certificado de auditoria; elaboração do planejamento de longo prazo, do plano anual de atividades de auditoria para o exercício de 2011 e dos programas de auditorias correspondentes.

- portarias da Presidência: 428
- portarias da Direção-Geral: 362
- ordens de serviço da Direção-Geral: 2
- ordem de serviço da Ouvidoria: 1

## 1.8 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

### 1.8.1 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Foram realizados 153 procedimentos licitatórios, os quais, a exemplo de 2008 e 2009, foram concluídos antes do período de recesso do Judiciário, sendo que, pela primeira vez, não houve abertura de licitações em dezembro.

### 1.8.2 INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A Justiça Eleitoral catarinense tem buscado transferir a sede dos cartórios eleitorais para instalações independentes, o que se reflete no número de mudanças de endereços de Zonas Eleitorais, 14 (quatorze) apenas em 2010, bem como nos números absolutos, visto que, das 105 (cento e cinco) Zonas Eleitorais do Estado, 35 (trinta e cinco) estão instaladas em imóveis próprios e 34 (trinta e quatro) em prédios locados.

Saliento as seguintes realizações: conclusão da obra de construção do imóvel destinado a abrigar os Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais/São José, devidamente ocupado, e da reforma do prédio destinado a abrigar o Cartório da 64ª Zona Eleitoral/Gaspar, também instalado; elaboração do projeto de reforma do imóvel que abrigará o Cartório da 62ª Zona Eleitoral/Imaruí, estando em fase de elaboração projetos de reforma de outros 8 imóveis, que abrigarão 9 (nove) Zonas Eleitorais; em andamento, obras de construção de imóvel para abrigar o Cartório da 11ª Zona Eleitoral/Curitiba e de reforma dos Cartórios da 10ª, 92ª e 98ª Zonas Eleitorais/Criciúma; contratação da execução da reforma do imóvel ocupado pelas 3ª, 88ª e 89ª Zonas Eleitorais, com sede em Blumenau; finalização dos projetos referentes aos imóveis de Timbó e Itajaí e de reforma do imóvel de Imaruí; realização de 8 (oito) mudanças de sede de Cartórios Eleitorais realizadas ao longo deste ano, quais sejam: 2 (duas) para imóvel próprio: Gaspar e São José; e 6 (seis) para imóveis locados, relacionados por ordem cronológica, Criciúma (98ª), Tijucas (31ª), Trombudo Central (57ª), Sombrio (54ª), Caçador (6ª) e Capinzal (37ª). Anote-se que o Cartório da 53ª Zona Eleitoral/São João Batista passou a locar mais uma sala do imóvel onde está instalado; concretização da mudança do Arquivo deste Tribunal para espaço construído no município de São José, o que permitirá a conclusão, em 2011, da adequação dos espaços da sede do Tribunal.

utilizado para a distribuição de cópias;

- elaboração do Guia do Eleitor que – lançado em agosto, com base nos valores institucionais do TRESC de promover a conscientização política e difundir conceitos relacionados ao exercício da cidadania – contou com a tiragem de 50.000 exemplares, distribuídos aos Cartórios Eleitorais, escolas e eleitores do Estado.

### 1.7.2 DADOS ESTATÍSTICOS

Para fins estatísticos, seguem alguns dados relativos ao exercício, cujo detalhamento consta no relatório da Direção-Geral, disponível na página deste Tribunal no endereço já declinado na “apresentação”:

- Processos registrados, autuados e distribuídos: 1.931
- Número de sessões judiciais: 122
- Número de sessões administrativas: 44
- Número de sessões solenes: 5
- Número de sessões extraordinárias: 3
- Decisões assinadas: 1.304 acórdãos e 45 resoluções

### 1.7.3 INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

O Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR) continuou a figurar como um dos serviços mais consultados pelos usuários das páginas eletrônicas desta Corte, comprovando a utilidade do projeto de digitalização que vem sendo ampliado ao longo dos anos, permitindo que o inteiro teor dos julgamentos seja rapidamente divulgado por meio da rede mundial de computadores.

No tocante ao serviço de digitalização de acórdãos, resoluções e portarias da Presidência e da Direção-Geral, bem como decisões dos juízes auxiliares e ordens de serviço, foram digitalizados, revisados e publicados, entre outros atos de interesse do Tribunal:

- acórdãos: 1.312
- resoluções: 45
- decisões dos juízes auxiliares: 202

### 1.5.3.2 SEÇÃO DE AUDITORIA – ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2010, na Secretaria de Administração e Orçamento [aquisições e contratações de serviços: procedimentos licitatórios, de dispensa de licitação, de inexigibilidade de licitação, de contratações diretas e aquisições por meio de utilização de Ata de Registro de Preços de outros Órgãos; controle da execução dos contratos de fornecimento e de prestação de serviços, termos aditivos, apostilamentos e prazos contratuais bem como controle da execução dos convênios], na Secretaria de Gestão de Pessoas [requisitados; folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, requisitados, pensionistas, juízes e promotores eleitorais – jornada ordinária]; na Secretaria de Tecnologia da Informação; elaboração de papéis de trabalho para aplicação dos programas de auditoria; elaboração de parte da Tomada de Contas Anual concernente à Área de Recursos Humanos relativa ao exercício de 2010, com a emissão do relatório e do certificado de auditoria; emissão de relatório de auditoria e de certificado de auditoria em Tomadas de Contas Especiais; atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União; verificação da exatidão e da suficiência dos dados relativos à admissão, ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro.

### 1.5.3.3 SEÇÃO DE EXAMES DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS:

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral; encaminhamento de informações às Zonas Eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do Fundo Partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação anual de contas dos entes partidários beneficiados; orientação a Zonas Eleitorais e partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes às contas anuais partidárias; acompanhamento e divulgação às Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais: Superior e Regionais; orientação a candidatos, comitês financeiros, e partidos políticos acerca das normas no que se refere às prestações de contas relativas às Eleições 2010; treinamento dos membros da força-tarefa encarregada da análise dos processos de prestação de contas relativas às Eleições 2010; emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas à Justiça Eleitoral por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros, relativas às Eleições 2010.

### 1.5.4 OUVIDORIA

A Ouvidoria deste Tribunal foi instituída por meio da Resolução TREC n. 7.793, de 30.06.2010, tendo sido designados como Juízes Ouvidor e substituto a Juíza Eliana Paggiarin Marinho e o Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann, respectivamente, pela Portaria P n. 223, de 20.7.2010 e, posteriormente, em virtude do término do biênio da primeira foi designado o Juiz Júlio Guilherme Berezoski Schattschneider para exercer as atribuições do cargo de Ouvidor, pela Portaria P n. 419, de 08.12.2010.

Casos destacados: dificuldade dos eleitores em extrair certidão de quitação eleitoral pela internet; deficiência/dificuldade no atendimento ao público por Central de Atendimento durante o recesso de 20.12.2010 a 6.1.2011 (reclamações encaminhadas à CRE); pendência financeira com técnicos de urna (Probank); viabilidade de retransmissão da propaganda eleitoral nas eleições municipais, a ser garantida e regulamentada pela Justiça Eleitoral (art. 48, § 1º, da Lei 9.504/97, com redação dada pela Lei 12.034/09); partidos políticos que deixam de usar o horário eleitoral gratuito – viabilidade de sanção (sugestão enviada para discussão no Colégio de Presidentes e Corregedores Eleitorais).

Itens de controle – Indicadores de desempenho:

| Indicador                                      | Novembro/2010 | Dezembro/2010 | Janeiro/2011 | Fevereiro/2011 |
|--|---------------|---------------|--------------|----------------|
| Acessos  | 10            | 15            | 12           | 23             |
| Casos solucionados                             | 10            | 15            | 12           | 12             |
| Casos não solucionados                         | 0             | 0             | 0            | 11             |
| Tempo médio semestral para a solução (em dias) | 1             | 1             | 2            | 2              |
| Tempomáximosemestral para a solução (em dias)  | 4             | 5             | 0            | 0              |

### 1.6 NOVAS ELEIÇÕES DETERMINADAS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS DE MARACAJÁ (1ª ZONA ELEITORAL) E CELSO RAMOS (52ª ZONA ELEITORAL)

Em 06 de junho de 2010, em face da cassação dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 2008, foram realizadas novas eleições nos Municípios de Maracajá e Celso Ramos, localizados respectivamente nas Regiões Sul e Oeste do Estado.

No Município de Maracajá a totalização do pleito encerrou-se às 17h58min, no próprio Cartório Eleitoral. Dos 4.920 eleitores aptos a votar, 4.552 (92,52%) compareceram e 368 (7,48%) se abstiveram. Houve também 31 votos em branco e 99 nulos. Foram utilizadas 13 urnas.

Na eleição de Celso Ramos a totalização encerrou-se às 18h03min, no próprio Cartório Eleitoral. Dos 2.548 eleitores aptos a votar, 2.374 (93,17%) compareceram e 174 (6,83%) se abstiveram. Houve também 13 votos em branco e 35 nulos. Foram utilizadas 8 urnas.

Embora as disputas pelos votos tenham sido acirradas, as eleições transcorreram com tranquilidade, sem nenhuma ocorrência de maior gravidade.

### 1.7 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária deu sequência ao acompanhamento das Metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relativas ao 2º grau da Justiça Eleitoral Catarinense, atualizando mensalmente o cumprimento das Metas 1 (julgar quantidade igual à de processos distribuídos e parte do estoque), 2 (julgar todos os processos judiciais com data de distribuição até 31.12.2007), 4 (lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento) e 7 (disponibilizar a produtividade dos magistrados no portal do Tribunal). Para realizar o acompanhamento, com a criação de novos relatórios estatísticos e o estabelecimento de rotinas específicas para cada meta, foi utilizado o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), o que facilitou o trabalho em comparação ao ano de 2009.

#### 1.7.1 INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS

Registro algumas inovações na área:

- contratação de consultoria para auxiliar na confecção do projeto de criação de Programa de Gestão Documental no Tribunal;
- digitalização dos acórdãos logo após a sua assinatura, possibilitando a sua imediata disponibilização aos usuários e a racionalização do uso de papel anteriormente